

Nota Técnica nº 1008/2011/GEOUT/SRE-ANA

Documento 00000.033746/2011

Em, 22 de dezembro de 2011.

Ao Senhor Superintendente de Regulação

Assunto: Proposição de condicionantes a serem incluídas nas resoluções de outorga relativas a barramentos já existentes.

1. A presente Nota Técnica trata da proposição de condicionantes a serem incluídas nas outorgas de barramentos, tendo por fulcro a aprovação da Lei n.º 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB e os respectivos regulamentos emitidos pela ANA.
2. A Política Nacional de Segurança de Barragens, no art. 3º, II, estabelece que um de seus objetivos é: *regular as ações de segurança a serem adotadas nas fases de planejamento, projeto, construção, primeiro enchimento e primeiro vertimento, operação, desativação e de usos futuros de barragens em todo território nacional.*
3. Em seu artigo 5º, dispõe que: *A fiscalização da segurança de barragens caberá, sem prejuízo das ações fiscalizatórias dos órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama):*
I – à entidade que outorgou o direito de uso dos recursos hídricos, observado o domínio do corpo hídrico, quando o objeto for de acumulação de água, exceto para fins de aproveitamento hidrelétrico.
4. Depreende-se do dispositivo acima que a Agência Nacional de Águas-ANA será responsável pela fiscalização das barragens (de usos múltiplos) que ela tenha outorgado o direito de uso dos recursos hídricos, ou mesmo aquelas que sejam outorgáveis por ela, exceto para aproveitamento hidrelétrico.
5. Por outro lado, em seu art. 22, a PNSB estabelece que “*O descumprimento dos dispositivos desta Lei sujeita os infratores às penalidades estabelecidas na legislação pertinente*”. Ora, a legislação pertinente à ANA é a lei de recursos hídricos (Lei n.º 9.433/97), que estabelece penalidades, em caso de seu descumprimento, conforme seu artigo 50, transcrito abaixo:

“Art. 50. Por infração de qualquer disposição legal ou regulamentar referentes à execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União, ou pelo não atendimento das solicitações feitas, o infrator, a critério da autoridade competente, ficará sujeito às seguintes penalidades, independentemente de sua ordem de enumeração:

.....”

6. Percebe-se, portanto, que a Política Nacional de Segurança de Barragens pode se valer das penalidades previstas no art. 50 da Lei n.º 9.433/97, pois refere-se à execução de obras ou serviços hidráulicos de domínio da União e, por isso, suas penalidades podem ser aplicadas aos infratores dos dispositivos relativos à PNSB.

7. Todavia, um grande problema enfrentado na prática é a definição do proprietário da barragem, ou seja, aquele que será acionado administrativamente em caso de descumprimento da Lei de segurança de barragens. Em seu art. 2º, IV, a PNSB define empreendedor como “*agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade*”. Por sua vez, dentre os fundamentos dessa Lei, está destacado que o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la (art. 4º, III).

8. Apesar da definição constante da lei, o que se verifica é que muitas barragens, que foram construídas há vários anos, antes da criação da ANA, não dispõem da outorga para acumulação e com alteração de regime de vazões (o que era de se esperar, já que à época ainda não havia essa exigência). Ocorre que muitas, além de não possuírem outorga, não têm um responsável pela operação e manutenção, apesar de haverem pessoas ou empresas fazendo uso das águas armazenadas em seus reservatórios. Em caso de um eventual acidente com essas barragens, seria muito difícil identificar o responsável.

9. É nesse contexto que a utilização do instrumento legal “outorga” é de suma importância para regularização dos barramentos existentes e identificação do empreendedor. Ao outorgar o barramento a determinado empreendedor, esse passará a responsabilizar-se pela manutenção da segurança da barragem, devendo ser dele que a ANA cobrará a implementação das medidas de segurança de barragens previstas na PNSB e regulamentadas por esta Agência.

10. Para regularizar e dar mais importância ao instrumento “outorga” como indutor, também, da PNSB, propõe-se duas estratégias, adequadas à situação legal dos barramentos:

- Barramentos já outorgados pela ANA: edição de uma resolução única, contendo a relação de todos os usuários de barramentos já outorgados pela ANA, incluindo uma condicionante relativa ao cumprimento dos requisitos da Lei de Segurança de Barragens e dos regulamentos emitidos pela ANA.
- Barramentos ainda não outorgados pela ANA: convocação dos proprietários para regularização, por meio de cadastramento junto ao CNARH e solicitação de outorga.

11. Para os barramentos ainda não outorgados pela ANA, propõe-se para a solicitação de outorga que, num primeiro momento, sejam apresentados pelo requerente apenas a Declaração de Uso no CNARH e o Requerimento específico para obras hidráulicas da ANA.

12. Após a formalização do pedido de outorga, realizadas as publicações do pedido no DOU e no DOE da unidade federativa onde se localizar o barramento, a ANA emitirá uma resolução de outorga para cada barramento existente, cujo titular será o requerente, inserindo como condicionante o cumprimento dos requisitos da Lei de Segurança de Barragens e dos regulamentos emitidos pela ANA, bem como a apresentação, com prazo para atendimento, de informações complementares referentes a estudos hidrológicos e hidráulicos com vistas a avaliações de segurança, capacidade de regularização, manutenção de vazões remanescentes e laminação de cheias, quando for o caso, com documentação fotográfica da barragem. Essas informações adicionais a serem solicitadas serão de acordo com os normativos emitidos pela própria ANA referentes aos instrumentos e documentos exigidos pela Política Nacional de Segurança de Barragens e pela Política Nacional de Recursos Hídricos, no que concerne a normativos sobre outorga de obras hidráulicas.

13. A definição, para cada barragem, de regras operativas e demais condicionantes será realizada oportunamente, à medida que se identifiquem necessidades específicas.



14. Para tanto, sugere-se que a Resolução a ser emitida inclua uma condicionante com a seguinte redação: “A ANA, a seu critério, poderá definir oportunamente condições operativas e condicionantes adicionais às expressas nesta Resolução, incluindo estudos hidrológicos e hidráulicos com vistas a avaliações de segurança, capacidade de regularização, manutenção de vazões remanescentes e laminação de cheias”.

15. A proposição deste Artigo se justifica em função da celeridade necessária para emissão das outorgas para fins de aplicação do Artigo 22 da PNSB.



Atenciosamente,



CARLOS MOTTA NUNES

Especialista em Recursos Hídricos - Gerente
de Regulação de Serviços



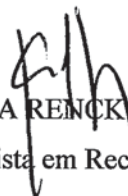
LUCIANO MENESES C. DA SILVA

Especialista em Recursos Hídricos - Gerente
de Outorga



ANDRÉ RAYMUNDO PANTE

Especialista em Recursos Hídricos - Gerente
de Regulação



HILDA RENCK TEIXEIRA

Especialista em Recursos Hídricos

De acordo.



FRANCISCO LOPES VIANA

Superintendente de Regulação